



**8º SIMPÓSIO
DE SUSTENTABILIDADE**

**15-16-17
JUNHO 2021**



INCLUSÃO E ACOLHIMENTO DE MORADORES DE RUA NO ESPAÇO URBANO DE CASCAVEL/PR

RUSCHEL, Andressa Carolina.¹
SILVA, Evelyn Godoi da.²

RESUMO

O trabalho em questão teve como finalidade propor um projeto de inclusão social dos moradores em situação de rua para a cidade de Cascavel/PR, partindo do problema de pesquisa referente a uma proposta de inclusão social, se a mesma contribuiria para a vida dos moradores de rua. Para alcançar o objetivo mencionado, a pesquisa fundamentou-se a partir dos fatores históricos, que levaram essa faixa populacional à situação de vida nas ruas. A partir disso formulou-se a hipótese de que toda essa problemática teve início na Revolução Industrial, com o crescimento demográfico acelerado que a mesma causou. Posteriormente foram relacionados esses momentos históricos com a atualidade do urbanismo no Brasil, juntamente às políticas sociais que estão em vigência. Desse modo buscou-se salientar como o processo de urbanização e adensamento populacional, influenciou no aumento do número de moradores em situação de rua, e paralelamente a isso, de que modo os poderes públicos mobilizaram-se frente a esse impacto urbano e social. Em seguida foram apresentadas obras correlatas determinantes para o projeto em questão, visando obter influências projetuais significativas mundialmente. Após a fundamentação e obtenção de dados exemplifica-se a proposta em questão, elucidando o conceito e as diretrizes projetuais da mesma.

Palavras chave: Inclusão. Moradores em situação de rua. Urbanização. Pertencimento.

1. INTRODUÇÃO

Tendo como assunto a população em Situação de Rua no Espaço Urbano de Cascavel/Pr a pesquisa caracteriza-se com base no número crescente da população em situação de rua, o que é prejudicial para o espaço urbano comum devido à falta de perspectiva de vida dessa parcela da população, gerando uma queda na economia e na qualidade de vida tanto deles quanto dos demais habitantes da cidade, que se sentem ameaçados frente à fragilidade dos mesmos, além do aumento da criminalidade (CATVE, 2021).

No ano de 2012 a população de rua do país era estimada em 221.869 habitantes e teve um aumento de 140% até o ano de 2020. Assim como em todo Brasil a cidade de Cascavel, localizada no Paraná, também faz parte dessa porcentagem, que demonstra a vulnerabilidade de toda uma sociedade que gira em torno da economia. No entanto não existe um senso para contagem exata dos moradores de rua, apenas dados de algumas cidades, o que mostra que esses números podem ser ainda maiores (CATÃO, 2020). Um dos pontos a serem considerados parte da capacidade do ser

¹ Ma Arquiteta e Urbanista, professora orientadora, docente do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz, campus Cascavel/PR. E-mail: ac.ruschel@hotmail.com

² Graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz, campus Cascavel/PR. E-mail: eve.godoi@hotmail.com



15-16-17
JUNHO 2021



humano de modificar com suas próprias mãos a rua e o ambiente urbano, o que de fato ocorre com toda a população principalmente das cidades Latino Americanas, como demonstra o arquiteto Miguel Gómez Villariano (VILLARIANO, 2016).

Nesse contexto, o problema de pesquisa questiona: Como a história das cidades e a evolução urbana corroborou para o aumento de moradores em situação de rua na cidade de Cascavel/PR e no Brasil? A hipótese é de que a Revolução Industrial foi o que deu início à problemática relacionada ao crescimento demográfico desenfreado, e consequentemente à população em situação de rua nas cidades, gerando assim uma desigualdade baseada na rua como um local de exclusão social.

O objetivo geral da pesquisa é desenvolver pesquisas bibliográficas a respeito do urbanismo e sua relação com a população em situação de rua. A partir do objetivo geral foram listados os seguintes objetivos específicos: (1) apresentar a história das cidades até a Revolução Industrial; (2) conceituar o início do pensamento urbano, do urbanismo e planejamento urbano; (3) contextualizar a cidade do século XXI; (4) pesquisar e comparar dados quantitativos e qualitativos a respeito da população de rua mundial com a população de rua da cidade de Cascavel-PR.

Os índices de desigualdade social nos países da América Latina estão crescendo de forma acelerada após o início da pandemia do COVID-19, de acordo com o Portal CATV, 2021 a taxa de pobreza chegou a atingir 33,7% no ano de 2020, e decorrente a isso o aumento da população em situação de rua também aumentou, juntamente com a hostilidade por parte da população em geral para com os mesmos (CATVE, 2021).

Conforme o jornal Meio dia Paraná, na cidade de Cascavel – PR existem 8 instituições de auxílio e acolhimento ao morador em situação de rua, dentre elas as mais populares são: a Casa POP, que fornece abrigo com capacidade para 50 pessoas, e o Centro POP, que ajuda o morador de rua nas questões de profissionalização, alimentação e higiene, além do albergue noturno que conta com 50 vagas para acolhimento. No entanto tais instituições não estão se mostrando suficientes para auxiliar tais pessoas a se reerguer, principalmente com o aumento no número de pessoas nas ruas em um momento de intensa fragilidade econômica (CATVE, 2021).

Na cidade de Brasília, por exemplo, é na rua que se forma o público e a noção de coletivo, é onde as manifestações e os movimentos mais importantes da história ganharam voz e visibilidade. No entanto chegou o momento em que as ruas passaram a significar invisibilidade, exclusão e marginalidade. De acordo com Rodrigues e Cunha o objetivo do projeto “Rua Aprendendo a Contar” do qual fizeram parte, é fazer com que os preconceitos frente a essa parcela da população



diminuam devido às informações, dando voz aos desabrigados e dessa forma facilitando a elaboração de políticas públicas, que ajudem na universalização do ser humano como igual, sem a hostilidade inerente ao dia a dia dos moradores em situação de rua (CUNHA e RODRIGUES, 2009).

Na seguinte pesquisa primeiramente serão abordados temas a respeito da história das cidades até a Revolução Industrial, onde pretende-se explanar sobre o início do meio urbano, o êxodo rural e posteriormente o ambiente da Revolução Industrial. Tais temas irão proporcionar uma base para a cidade pós-industrial até o século XX, onde serão explanados os vários resultados da industrialização acelerada pela qual o mundo todo passou, chegando então à cidade contemporânea do século XXI.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O capítulo em questão pretende fundamentar a história das cidades até a Revolução Industrial e posteriormente a respeito da cidade Pós-Industrial até o século XX e a Cidade do século XXI.

1.1 A HISTÓRIA DAS CIDADES ATÉ A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

A partir da geração de excedentes os primeiros meios urbanos e comunidades começam a surgir, de modo que uma vida em sociedade e o emergir de espaços públicos aparece gradativamente por todo o mundo. Majoritariamente o surgimento do meio urbano e da sociedade em si aparece atrelado à divisão de classes, terras e trabalho, a partir do qual a produção agrícola se revolucionou e posteriormente o comércio o que culminou com a consolidação do homem em aldeias e demais comunidades, baseada em sua grande maioria no meio rural, o qual pode ser considerado o meio no qual a organização social emergiu (CASTRO, 2014).

1.1.1 Início do meio urbano

Há 2,5 milhões de anos atrás já se via no ser humano, no caso, no homem primitivo uma pré-disposição à política, o que levou à divisão de classes gerada devido ao excedente de produção e sequencialmente ao início das comunidades, de forma que inclusive a sociedade recém formada já



15-16-17
JUNHO 2021



exercia seu papel político sobre o cidadão, o qual por sua vez tinha seu poder em uma relação direta às terras que detinha, de modo que o surgimento da propriedade privada culminou com o início da cidade (CASTRO, 2014).

Um grande exemplo de formação de núcleo urbano e pensamento em classes foi o grandioso Império Romano, que após uma expansão considerável de território e poderio de guerra viu seu declinar a partir de meados do século V, juntamente com a ascensão de novos credos e problemas sociais provenientes de um meio sociocultural no qual se tornava inconsistente a vida em comunidade (SARTIN, 2011).

Roma, localizada na Península itálica, formou-se gradualmente a partir da junção de aldeias de povoados inseridos nos terrenos montanhosos às margens do rio Tibre, que se fixaram no local, e se desenvolveram a partir do domínio etrusco em meados do século VII a.C. decorrente a isso a civilização romana formou-se da agregação de outras culturas como a grega e a etrusca. Seu território era regido por um governador que era submetido ao imperador de Roma, mas que tinha autonomia na forma de governar (ABIKO, ALMEIDA e BARREIROS, 1995).

Em relação aos métodos urbanísticos, os Romanos detinham de praticidade e racionalidade em suas empreitas, fosse em aquedutos, redes de esgoto ou no traçado das ruas, os quais eram pensados para que houvesse simplicidade e eficácia (ABIKO, ALMEIDA e BARREIROS, 1995).

1.1.2 Êxodo rural

Mesmo nas primeiras aglomerações urbanas, cada item que compõem uma cidade já tinha seu uso e seus fins, os quais foram se modificando com o passar dos anos, mas houve uma coisa que não se modificou, sua função ligada ao movimento, por exemplo, a calçada por si só não tem um grande significado, mas se atrelada ao movimento e a circulação de pedestres a mesma passa a ser significativa para a evolução do meio urbano e suas transições (JACOBS, 2011).

Uma grande transição marcada pela migração do rural ao urbano devido à melhores oportunidades de emprego e qualidade de vida, estava por gerar uma das maiores crises urbanas do século e por sua vez, a primeira, a crise do excedente social. Esse ato migratório em direção às cidades, as quais encontravam-se sem estrutura e muito menos sem condições de acolher esse grande contingente de moradores, gerou uma grave crise urbana a qual seria promovida e



permaneceria até o XX devido à falta de salubridade nas moradias, e consequentemente nas vias urbanas também (CARDOSO, 2019).

Desse modo o cidadão do período vivia à mercê de condições subdesenvolvidas e com altos níveis de poluição, afinal o número de pessoas que agora frequentavam diariamente o espaço urbano havia crescido, enquanto que o próprio meio urbano permanecia sem modificações previamente planejadas, gerando ruelas e um grande número de população em situação de rua (CARDOSO, 2019).

1.1.3 Ambiente da Revolução Industrial

Inglaterra, final do século XVIII e início do século XIX, o começo de um período de alta produção têxtil e dominação por parte do mesmo do auge no mercado e nas relações comerciais do período, gerando uma modificação permanente de vida e trabalho devido a explosão populacional pela qual as cidades passavam (CARDOSO, 2019).

Juntamente aos fatos citados uma grande expansão tecnológica via-se emergir, marcada pela máquina a vapor, a qual a partir desse momento alimentaria as indústrias permanentemente devido à sua eficiência e aumento na produtividade, consequentemente elevação dos lucros, e aumento no custo de vida da população que agora necessitaria de ventilação em suas residências devido ao minério utilizado, ou seja, uma nova era na qual Londres se tornaria uma grande metrópole se iniciava, com mudanças permanentes inclusive no comércio, no meio urbano e no dia a dia da população das cidades (CARDOSO, 2019).

O crescimento demográfico exorbitante na Inglaterra, França e Alemanha respectivamente, de modo que a população de Londres em 1801 chega a 864.845 habitantes e passa para 4.232.118 habitantes em 1891 tanto rural quanto urbana devido aos avanços tecnológicos que auxiliaram na diminuição da taxa de mortalidade. À medida que a população cresce as relações de trabalho evoluem e a dispersão dos habitantes pelo solo se modifica, de forma que a indústria têxtil se viu em foco para empregar grande parte dessa mão de obra sobressalente. Desse modo o que antes percebia-se suficiente em relação à produção passou a escasso, de modo que uma nova máquina precisa entrar em vigência, patenteada em 1769 por Watt, a máquina a vapor (ABIKO, ALMEIDA e BARREIROS, 1995).



Entre os anos de 1780 e 1870 o sistema econômico que dominou a Inglaterra foi o Capitalismo Industrial, o qual se firmava a partir da divisão da sociedade em burguesia (no caso os industriais), proprietários de terra arrendada e trabalhadores assalariados os quais pertenciam à maior porcentagem populacional. No entanto eram os mais suscetíveis a doenças e marginalidade visto que o objetivo do sistema vigente se baseava no lucro absoluto sobre a produção, colocando o trabalhador como o principal eixo do capitalismo, onde o mesmo apenas busca a sobrevivência e nada além (FONSECA, s/d).

1.2 A CIDADE PÓS-INDUSTRIAL ATÉ O SÉCULO XX

Textos relacionando à cidade da década de 60 ao corpo humano não cessavam, e desse modo todas as engrenagens de uma cidade passaram a compor um sistema, tal qual um organismo vivo, assim as cidades eram diagnosticadas com enfermidades e seriam a partir disso tratadas como pacientes em uma consulta médica, tal analogia poderia ser relacionada ao determinismo e submetida a diferentes medidas sanitárias (PONTUAL e RIBEIRO, 2009).

Debates e especulações têm início por toda a Europa recorrente à explosão demográfica que acabara de ocorrer, dessa forma duas correntes de pensamento surgiram, a corrente do movimento descritivo, composta por metáforas e considerações textuais acerca do tema urbano, e outra corrente, o movimento político, a qual partia para a questão do entendimento da questão urbana atrelado às relações sociais e econômicas, onde os nomes que se destacam incluem Engels e Marx (ABIKO, ALMEIDA e BARREIROS, 1995).

A partir do início do século 19 um grande contingente buscou adaptar a cidade medieval às novas tecnologias que emergiram com a industrialização e suas demandas, que cresciam juntamente com a modernização e o aumento populacional desordenado. Com isso algumas cidades tomaram a frente e agiram, como Paris, que tinha na época como comandante o Barão Haussmann. Nesse caso a cidade via-se com um crescimento populacional incessante, e com isso as decisões tomadas partiram de reformas realizadas nas ruas e avenidas, alargando-as e criando novas vias, juntamente com a urbanização de terrenos que circundavam a cidade, além de instalações de infraestrutura, tais como esgoto e abastecimento de água em antigos bairros (PONTUAL e RIBEIRO, 2009).

Com tantas considerações relacionadas ao tema o quarto congresso de arquitetura moderna tomou forma e culminou na criação da Carta de Atenas, que previa transformações sociais e



econômicas que iriam gerar uma modificação arquitetônica, resultando uma melhoria na qualidade de vida dos seres humanos partindo de um urbanismo excêntrico e seguindo uma ordem funcional (ABIKO, ALMEIDA e BARREIROS, 1995).

1.2.1 O aumento populacional e a crise habitacional

O contingente de população urbana começa a ver um crescimento exponencial, gerando uma revolução agora demográfica, onde as famílias que anteriormente estavam alocadas na área rural agora passavam a morar nos espaços urbanos, os quais não tinham preparo e nem infraestrutura para ampará-los, suscitando em esgotos a céu aberto e lixo nas ruas. Devido ao fato de que as famílias vinham aos centros urbanos em busca de emprego nas fábricas, suas residências eram alocadas na proximidade das mesmas, o que afetava o ar que era respirado pelos trabalhadores, visto que as máquinas agora eram movidas a carvão e não mais manualmente (ABIKO, ALMEIDA e BARREIROS, 1995).

Apontada como uma cidade dividida entre a fábrica e o bairro pobre, chamado de “slum” (o qual consistia em um amontado de casas insalubres), a cidade industrial foi um marco para a evolução do meio urbano, mesmo não detendo de papel social algum (FONSECA, s/d).

Os trabalhadores vindos do meio rural foram alocados de forma abrupta nos núcleos urbanos, dando início aos primeiros bairros visados aos trabalhadores onde formou-se um centro, no qual a população em geral se esforçava para sobreviver, enquanto que a pequena porcentagem populacional mais privilegiada migrava para as zonas periféricas da cidade longe do caos e da miséria instaurada pelas fábricas. Desse modo antigas casas pertencentes a essa faixa populacional, passam a ser os locais ocupados pelos novos trabalhadores das indústrias vindos do campo (FONSECA, s/d).

1.2.2 O início do pensamento urbano, do urbanismo e planejamento urbano

Com o início da década de 60 vieram a formação das primeiras grandes cidades, e com isso o questionamento dos arquitetos acerca de seu papel social para com a cidade e uma reforma urbana passou a ser debatida (PONTUAL e RIBEIRO, 2009).



Essa situação de morbidade e desespero por parte da classe trabalhadora, levou os arquitetos a tomarem para si um grande questionamento acerca das questões sociais urbanas, e da relação dos edifícios entre si e em contato com o espaço urbano comum, dessa forma algumas ideias vieram à tona como a de reconstrução da sociedade e a do movimento econômico e humanista da década de 50. Tais temas foram discutidos em diversos meios como no CIAM (Congresso Internacional da Arquitetura Moderna) de 1930 e também entre o meio arquitetônico em si (PONTUAL e RIBEIRO, 2009).

Tratando-se de uma ciência que busca entender e apresentar uma solução às contrariedades e dificuldades urbanas, o urbanismo tem sua ascensão a partir do momento pós-Revolução Industrial, entre os anos 1830 e 1850 quando se viu seu nascimento por meio do urbanismo sanitarista, que previa melhorias na infraestrutura das cidades industriais. No entanto o mesmo foi implementado somente a partir do setor privado com objetivos singulares que compunham planos em pequena escala e previstos a curto prazo. Um exemplo deu-se decorrente a situação em que se encontrava o rio Tamisa em Londres, poluído e em estado de extrema degradação. A partir disso foi sancionada a primeira lei sanitária Public Health Act, a qual serviu como precursora para demais leis sanitárias pelos países, inclusive o Brasil (ABIKO, ALMEIDA e BARREIROS, 1995).

Políticas de sanitização e tais preocupações sociais, impulsionaram pensadores às propostas urbanas para melhoria na condição de vida da sociedade a partir de iniciativas privadas em sua maioria, como por exemplo as cidade-jardins, de Ebenezer Howard, o qual se caracteriza como um urbanista utópico, ou seja, que vai contra a indústria e prega uma mescla do meio urbano com o meio rural, e consistia em um abrangente que iria inserir seis núcleos de cidade-jardim interligadas em uma estrutura radial (PONTUAL e RIBEIRO, 2009).

Outras propostas que podem ser citadas são: (1) polos de desenvolvimento de François Perroux, um economista, (2) a teoria dos locais centrais de Anthony Burgess, e (3) a teoria de Von Thunen, relacionada à acessibilidade no método de deslocamento a partir de círculos com o mesmo centro de densidade decrescente (ABIKO, ALMEIDA e BARREIROS, 1995).

No Brasil propostas urbanas surgiram entre 1895 e a década de 30 nas cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, no entanto sem muitas considerações acerca do impacto social que teriam tais políticas de “melhoria” na população, gerando assim aumento na segregação social do país. Essas novas propostas urbanísticas foram vistas entrando em vigência em vários locais, tais como Cuba, e parcialmente na América do Norte (PONTUAL e RIBEIRO, 2009).



15-16-17
JUNHO 2021



Na cidade contemporânea percebem-se novas perspectivas e considerações, acerca de inúmeros temas entre os quais consolidação da moradia, limites, entre outros, propondo desafios inusitados e plurais (DARODA, 2012).

Segundo Sobreira (2003), uma relação entre ordem e desordem pode ser notada de modo que em uma situação que não se encontra em perfeita ordem se repete, essa se torna o modo de vigência atual da realidade comum, assim gerando uma reinterpretação do meio urbano de acordo com uma nova perspectiva, a qual não segue o padrão esperado, nem mesmo se tratando de limites.

3. METODOLOGIA

A metodologia parte de uma pesquisa bibliográfica, que segundo Bocatto (2006) trata-se de um meio de atingir dados e desse modo soluções, por meio de teorias já estudadas e publicadas, posteriormente uma pesquisa qualitativa, que segundo Oliveira (2002), viabiliza a análise e interpretação das diversas situações que envolvem o problema, e da pesquisa quantitativa, que permite uma classificação mais precisa das informações obtidas por meio de livros, sites governamentais e junto a população em situação de rua e entidades que atuam a favor dos mesmos.

4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

Para Abiko, Almeida e Barreiros, (1995) a cidade da época industrial detinha do dever de atender necessidades coletivas e individuais, de forma que os recursos financeiros, institucionais e políticos por exemplo recaiam sobre toda a população, tal feito visando a manutenção do meio urbano, teria resultado a partir de uma gestão urbana de qualidade, que partiria da elaboração de políticas públicas que executariam os planos em questão. Um ritmo acelerado de crescimento toma conta das cidades, as quais estariam fadadas a comportar mais cidadãos que o esperado, gerando novamente uma crise ambiental e de moradia nos núcleos sociais, bem como o desemprego, altos índices de fome e pobreza extrema (ABIKO, ALMEIDA e BARREIROS, 1995).

No Brasil a industrialização estendeu-se de forma menos intensa, mas deixando seus estímulos urbanos por onde fora mais explorada, especificamente a partir dos anos setenta. Desse modo tais espaços permeavam todo o território nacional e formavam uma grande base nos centros urbano-industriais para o século XXI (MONTE-MÓR, 2006).



**8º SIMPÓSIO
DE SUSTENTABILIDADE**

**15-16-17
JUNHO 2021**



A cidade não se trata de um objeto a ser consumido, no entanto um movimento individual e excepcional com valores e bens não materiais imensuráveis, então pode-se considerar que a relação entre o espaço público e privado se torna pressuposto á estudos referentes ao dia a dia e aos modos identificados, gerando uma noção de cidade como bem comum e social (DARODA, 2012).

Novas espacialidades são formadas a partir de inusuais processos de urbanização, indica Daroda (2012), fazendo com que a cidade se torne plural, de modo que o movimento de segregação demográfico sofra um processo de afunilamento, frente às adversidades propostas pelos componentes do meio urbano.

A chamada virtualização dos espaços dá um novo significado aos limites os quais eram reconhecidos, como bem definidos e fixos agora passam a criar novas dimensões urbanas, gerados através de informatização e vivencia cultural. Tal fator amplia as possibilidades e impulsionado pela tecnologia conecta diferentes localidades, de modo a facilitar a transitoriedade das relações e a noção de espacialidade (DARODA, 2012).

De acordo com Alves (2007), trata-se de uma espacialidade a qual altera os fatores público/privado do espaço urbano, tornando-o relativo e o local de convívio bem como o ambiente a ser vivenciado culturalmente. Entretanto também é onde nota-se a uma composição social gentrificada e corporativa, que contrapondo a noção de cidade que interage com a população, no entanto apenas segregam espacialmente indivíduos menos abastados obtendo uma modificação de paradigmas relativos ao meio urbano.

No entanto existem alguns obstáculos em meio à essas novas formas de encarar as questões urbanas, tais como a já comentada segregação socioespacial, bem como a violência crescente e demais deficiências pelas quais a cidade vem passando desde a época da Revolução Industrial e compondo assim um sistema complexo. Um exemplo desse sistema pode ser percebido nas favelas, envolvidas em sua complexidade a qual é referida como complementar, no entanto, ao mesmo tempo diferente do comum (SOBREIRA, 2003).

4.1 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Após a Revolução Industrial e a substituição da mão de obra dos trabalhadores pelos novos maquinários gerou além do aumento na produção também o aumento de desempregados, chegando ao ponto de perderem suas residências os quais passaram a ser marginalizados e excluídos pelo



restante da comunidade. Sua definição como população em situação de rua veio da Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, a qual além disso os reconhece como uma faixa populacional de pobreza extrema, que chegaram a essa situação devido a relações familiares descontinuadas, e ambientes fragilizados, o que os leva a ocupar logradouros públicos ou locais deteriorados por tempo indefinido, podendo ser dias ou anos. Dessa forma reconhecendo a fragmentação social brasileira (ALVES, HAMADA e VALVASSORI, 2008).

A composição dessa faixa populacional abrange pessoas de todas as idades, desde crianças à idosos, no entanto crianças e adolescentes não entram no censo. De acordo com a pesquisa realizada no censo do ano de 2007 e 2008, 29,1% das causas que levaram essas pessoas às ruas são relacionadas à desentendimentos familiares, enquanto o desemprego aumenta em 29,8% dessa faixa populacional e o alcoolismo e o vício em drogas ilícitas geram 35,5% de aumento da população em situação de rua (ALVES, HAMADA e VALVASSORI, 2008).

A grande problemática desses moradores de rua se norteia pelo fato de sua exclusão do mercado de trabalho, juntamente com a extinção de perspectiva de vida para os mesmos, que ocorre devido à falta de residência fixa simultaneamente ao fato de não possuírem documentos (24,8% não possuem nenhum tipo de documentação). Dessa forma poucas atividades remuneradas os restam, na grande maioria das vezes atuam como catadores de reciclados, flanelinha ou em construções civis, mesmo que 74% dos mesmos saibam ler e escrever e assim poderiam exercer outros serviços remunerados (ALVES, HAMADA e VALVASSORI, 2008).

Tais habitantes do meio urbano permanecem geralmente sem suporte mínimo para vida, sendo que 15,7% acabam tendo como única fonte de renda o ato de pedir dinheiro nas ruas. O acesso a saúde e a condições de higiene por exemplo são precários para quem vive nas ruas, bem como a carência alimentar, essa situação gera vulnerabilidade e inúmeras adversidades a eles, os quais recaem na maioria das vezes na saúde, visto que como não eram considerados cidadãos pelo Estado até pouco tempo atrás permanecem no déficit informacional, sem identificar seus direitos, que englobam o direito a saúde e à alimentação (ALVES, HAMADA e VALVASSORI, 2008).

Uma maneira de quantificar a população em situação de rua e saber dados reais a respeito se dá por meio do Censo, como por exemplo na cidade de Belo Horizonte, que passou por seu Terceiro Censo de População em Situação de Rua no ano de 2014, onde foram quantificados 1827 moradores de rua, notando-se assim um aumento de 57% em relação ao Censo anterior. De acordo com ele



ainda podem ser definidos alguns dados como a porcentagem de homens e mulheres (onde foram identificados majoritariamente uma população masculina em situação de rua), sua idade no geral entre outras informações relevantes a respeito (ALVES, HAMADA e VALVASSORI, 2008).

4.2 AÇÃO DO PODER PÚBLICO

As ações dos poderes públicos variam de acordo com a cidade e o estado, mas uma das coisas que tem grande necessidade antes de qualquer tipo de política pública de apoio ao morador de rua trata-se da obtenção de dados a respeito da quantificação dos mesmos, através de censos ou pesquisas realizadas a partir de iniciativas da secretaria de assistência social ou demais secretarias que se disponham (ALVES, HAMADA e VALVASSORI, 2008).

No caso da cidade de São Paulo por exemplo, a qual é detentora de uma população em situação de rua consideravelmente alta (24.344 mil pessoas de acordo com o Censo da População em Situação de Rua no ano de 2019) algumas medidas de iniciativa privada acontecem pontualmente para apoio à alimentação ou à doação de agasalhos à essa porcentagem da população. Para a obtenção de dados a Prefeitura Municipal, no caso a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, juntamente ao Centro de Geoprocessamento e Estatística (CGEO), com a coordenação da Vigilância Socioassistencial de São Paulo mapearam a quantidade de moradores em situação de rua, além de obterem dados como aonde estão as maiores aglomerações e se os mesmos encontram-se em contato com algum centro de apoio socioassistencial da região, desse modo torna-se possível a elaboração de planejamentos estratégicos para o apoio efetivo dessa parcela populacional (ANDES, 2020).

Em âmbito nacional uma das políticas é a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, a qual trata sobre esse tema compilando dados e exprimindo a respeito de questões como causas e motivos que levaram essas pessoas às ruas, além de alguns itens que refletem sobre a posição de sistemas públicos como a assistência social, que tem por objetivo incluir esses habitantes da cidade nas vivências educativas por exemplo, bem como sobre seus direitos à alimentação e saúde (GOVERNO FEDERAL, 2008).

Nesse documento constam também normativas a respeito do apoio à cultura, educação e desenvolvimento urbano e habitacional (Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, 2008).



15-16-17
JUNHO 2021



Um exemplo referente a cidade de Belo Horizonte/MG trata-se de meios de apoio aos moradores em situação de rua como o CRAS, realizado pela Secretaria de Assistência Social e Cidadania, paralelamente à Secretaria de Obras e Serviços Públicos os quais oferecem cursos profissionalizantes para inserção no mercado de trabalho. Outros meios públicos de apoio são o CREAS, Centro de Referência Especializada de Assistência Social, ou pelo Centro POP, Centro de Referência Especializada para População em Situação de Rua, bem como o SUAS, Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social ou o PAIF, Proteção e Atendimento Integral a Famílias (ALVES, HAMADA e VALVASSORI, 2008).

4.2.1 Políticas Públicas em Cascavel/PR

No caso da cidade de Cascavel/PR algumas políticas públicas de apoio ao morador em situação de rua tratam-se de centros que oferecem alimentação, apoio nutricional, cursos profissionalizantes e pernoites, bem como apoio educacional às crianças que participam do programa. Essas 3 instituições de auxílio e acolhimento ao morador em situação de rua referidas como as mais procuradas anteriormente são: a Casa POP, que fornece abrigo com capacidade para 50 pessoas, e o Centro POP, que ajuda o morador de rua nas questões de profissionalização, alimentação e higiene, além do albergue noturno que conta com 50 vagas para acolhimento (CATVE, 2021).

O Centro de Referência Especializada para População em Situação de Rua (Centro POP), tem como público alvo jovens, adultos, idosos e famílias que fazem uso das ruas e do espaço urbano como moradia e sobrevivência. Dentre suas abordagens estão o encaminhamento do Serviço especializado de abordagem social, bem como a demanda espontânea e entre outros serviços “socioassistenciais” favorecidos por informações prévias obtidas no cadastro (ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2012).

Outro centro de apoio é a Casa POP, Unidade de Acolhimento Institucional para pessoas em situação de rua, foi implantada na cidade de Cascavel-PR a mais de 10 anos e localiza-se atualmente no Bairro Santa Felicidade e a permanência varia de acordo com a necessidade. Trata-se do local onde os moradores em situação recebem acompanhamento técnico, encaminhamento para tratamentos médicos e clínicos, bem como para outros serviços como o ConstRua Cidadão (que oferece o reestabelecimento de rotina aos usuários). No ano de 2019, 1045 pessoas foram atendidas



**8º SIMPÓSIO
DE SUSTENTABILIDADE**

**15-16-17
JUNHO 2021**



pelos programas ofertados pelo poder público municipal, foram eles, o Família Acolhedora, UAI Adolescentes, Abrigo de Mulheres, Residência Inclusiva, Condomínio do Idoso e a já citada Casa Pop (CATV, 2020).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de pesquisas bibliográficas buscou-se solucionar o seguinte problema de pesquisa: Como a história das cidades e a evolução urbana corroborou para o aumento de moradores em situação de rua na cidade de Cascavel/PR e no Brasil? A hipótese de que a Revolução Industrial foi o que deu início à problemática relacionada ao crescimento demográfico desenfreado e consequentemente à população em situação de rua nas cidades, gerando assim uma desigualdade baseada na rua como um local de exclusão social, a partir disso foi confirmada a hipótese levantada.

Decorrente às pesquisas realizadas, desde o início da questão dos moradores de rua e o motivo que os levou a essa situação, vê-se que essa faixa populacional se encontra marginalizada e esquecida, como se a rua os anulasse da sociedade em geral.

A Revolução Industrial gerou um forte impacto na sociedade da época, onde necessariamente a grande maioria dos problemas habitacionais e de zoneamento tiveram início, no entanto deve ser considerado que foi a partir dela que o assunto “urbanismo” veio à tona, e passou a ser tratado como algo necessário e útil para o bem comum.

A partir disso foi gerada uma crise habitacional de tal proporção, a ponto de mobilizar grande parte de uma classe de profissionais que agora passavam a questionar a respeito de seus deveres sociais para com toda a população, os arquitetos. Percebe-se também que inclusive os projetos utópicos da época tiveram seu devido valor, mostrando realidades que de alguma forma incentivaram e deram esperança à população. Finalmente relacionado a cidade contemporânea, vê-se uma nova perspectiva, com limites e relações modificadas, bem como a noção de espacialidade entre o meio urbano e quem o habita, juntamente com as vivências culturais e a nova ordem que se instala.



**8º SIMPÓSIO
DE SUSTENTABILIDADE**

**15-16-17
JUNHO 2021**



REFERÊNCIAS

ABIKO, A. K.; ALMEIDA, M. A. P. de; BARREIROS, M. A. F. **Urbanismo: História e Desenvolvimento**. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Departamento de Engenharia de Construção Civil, 1995.

ALVES, M. R. **Cidade Contemporânea: Questões Conceituais da Conformação de sua Espacialidade**. Universidade de São Paulo, 2007.

ALVES, M. J. M.; HAMADA, R. K. F.; HAMADA, H. H.; HAMADA, J. S. F.; VALVASSORI, P. M. D. **População em situação de rua: a questão da marginalização social e o papel do estado na garantia dos direitos humanos e do acesso aos serviços de saúde no Brasil**. Política nacional para inclusão social da população em situação de rua. Brasília/DF, 2008.

ANDES, Sindicato Nacional dos docentes das instituições de ensino superior. **São Paulo tem a maior população em situação de rua do Brasil**. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/sao-paulo-tem-a-maior-populacao-em-situacao-de-rua-do-brasil>. Acesso em: 10 de maio de 2021.

ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Centro POP, Cascavel**. Disponível em: <https://www.assistenciasocial.org/centro-pop-cascavel-pr-endereco-e-atendimento>. Acesso em: 27 de maio de 2021.

BOCCATO, V. R. C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação**. Rev. Odontol. Univ. v. 18, n. 3, p. 265-274, São Paulo, 2006.

CASTRO, C. A. **O processo de urbanização e o surgimento das primeiras universidades**. Geografia Ensino & Pesquisa, vol. 18, n. 1, jan./abr. São Paulo, Campinas, 2014.

CARDOSO, R. G. **A quarta revolução industrial. Conceitos, princípios e consequências. Administradores**. 2019. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/a-quarta-revolu%C3%A7%C3%A3o-industrial-1>. Acesso em maio de 2021.

CATÃO, M. **Quantas pessoas moram na rua no Brasil?** Terceiro Setor, Nossa atuação. 2020. Disponível em: <https://sbsrj.org.br/moradores-de-rua-brasil/>. Acesso em: 4 de março de 2021.

CATVE. **Pandemia de covid-19 eleva índices de pobreza na América Latina. Estudo da Cepal revela aumento de 22 milhões de pessoas pobres em 2020**. Disponível em: <https://www.catve.com/noticia/25/321322/pandemia-de-covid-19-eleva-indices-de-pobreza-na-america-latina>. Acesso em: 4 de março de 2021.

CUNHA, J. V. Q. da; RODRIGUES, M. **Rua aprendendo a contar, pesquisa nacional sobre a população em situação de rua**. Brasília, dezembro de 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf. Acesso em: 4 de março de 2021.



15-16-17
JUNHO 2021



DARODA, R. F. **As novas tecnologias e o espaço público da cidade contemporânea.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura. Porto Alegre, 2012.

FONSECA, M. A. **O Lugar Da Fábrica: História e Evolução Urbanística.** Departamento de Engenharia Civil e Arquitetura da Universidade da Beira Interior. s/d.

GOVERNO FEDERAL. **Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua.** Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/acoes_afirmativas/inclusaooutros/aa_diversos/Pol.Nacional-Morad.Rua.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2021.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades.** s; tradução Carlos S. Mendes Rosa; revisão da tradução Maria Estela Heider Cavaleiro; revisão técnica Cheila Aparecida Gomes Bailão. – 3 ed. – (Coleção cidades). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

MEIO DIA PARANÁ. **Meio dia Paraná discute a situação dos moradores de rua em Cascavel.** Cascavel, Paraná. 09 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9253282/>. Acesso em: 25 de abril de 2021.

MONTE-MÓR, R. L. **Texto para Discussão N° 281 o que é o Urbano, no Mundo Contemporâneo.** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, janeiro de 2006.

OLIVEIRA, I. de L. **Dimensão estratégica da comunicação no contexto organizacional contemporâneo: um paradigma de interação comunicacional dialógica.** Tese (Doutorado) – UFRJ, Escola de Comunicação, 2002.

PONTUAL, V.; RIBEIRO, C. **A reforma urbana nos primeiros anos da década de 1960.** Architexts, ISSN 1809-6298 109.07. 2009.

SARTIN, G. H. S. de S. **As estruturas sociais e econômicas do Império Romano do Ocidente e o estabelecimento do reino dos visigodos nas Galliae Aquitania e Narbonensis.** 2011. 152 f. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

SOBREIRA, F. J. A. **A Lógica da Diversidade. Complexidade e Dinâmica em Assentamentos Espontâneos.** Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Recife, 2003.

VILLARIANO, M. G. **Dez equívocos sobre a urbanização global a partir de uma análise da América Latina.** Archdaily, 26 de fevereiro de 2016. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/782550/dez-equivocos-sobre-a-urbanizacao-mundial-desde-a-america-latina>. Acesso em: 10 de maio de 2021.